



VI Simpósio Nacional de HISTÓRIA CULTURAL

Escritas da História: Ver - Sentir - Narrar

O PATRIMÔNIO SOB A ÓTICA DOS REGIMES DE TEMPORALIDADE

Mariana Sousa Bracarense*

1

A abordagem clássica que trata da preservação do patrimônio no Brasil privilegia as fases conhecidas como *heroica* e *moderna* na tentativa de compreender a trajetória da política federal sobre o tema. A primeira trata do período de gestão do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN por Rodrigo Melo Franco de Andrade entre 1936 e 1967, e a segunda do período de gestão de Aloísio Magalhães a partir de 1979.

Essa leitura considera a Constituição de 1934 como marco inaugural da política de preservação. A Carta trouxe como dispositivo a proteção das belezas naturais e dos monumentos de valor histórico e artístico, podendo impedir a evasão das obras de arte¹. Posteriormente, o decreto-lei nº 25/1937 estabeleceu a criação SPHAN e colocou o tema na agenda de discussões das constituintes seguintes.

* Mestranda em História Social da Cultura pela Universidade Federal de Minas Gerais; especialista em História da Cultura e da Arte pela Universidade Federal de Minas Gerais; graduada em História pela Universidade Federal de Ouro Preto.

1 BRASIL. Constituição (1934). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: 1934. Artigo 10, inciso III.

Além de situar as origens do pensamento preservacionista no Brasil, essa historiografia atribui as concepções adotadas sobre arte, história, tradição e nação à percepção elaborada por intelectuais modernistas durante a década de 1920. Seriam esses os atores a dirigir a instalação dessas políticas na década seguinte. Considera, portanto, haver continuidade entre as décadas de 1920 e 1930 na medida em que estabelece grupos com orientações estéticas e ideológicas - a saber, intelectuais envolvidos com o Partido Democrático de São Paulo, o grupo conservador, os modernistas da Semana de Arte Moderna em 1922 e o grupo regionalista, além de considerar Mário de Andrade como sujeito central livre de vínculos - que mantiveram sua estrutura durante todo o período e foram incorporados pelo Estado após a Revolução de 1930.

Minha pesquisa parte da perspectiva de que há, nesse período, um hiato que compreende a busca por uma identidade nacional que se deu pelos intelectuais modernistas na década de 20 e, posteriormente, a necessidade de institucionalização da preservação patrimonial a fim de que fosse mantida e fomentada pelo governo. A diferença paradigmática se coloca na ideia de que não houve uma comunhão de interesses entre Estado e intelectuais, mas o estabelecimento de uma lógica de negociação do grupo que até então era fomentado pela elite econômica que ditava as regras políticas e que teve sua atuação cerceada por um governo repressor, que teve como intento limitar a atuação dessas elites. A negociação se deu no sentido da sobrevivência, da manutenção da posição de intelectual e da tentativa de fazer valer os projetos propostos na década anterior.

Entende-se que, no que tange à prática da preservação do patrimônio, essa ruptura pode ser interpretada a partir da leitura proposta por François Hartog, quando trata da articulação entre tempo e patrimônio. Para o autor, vive-se atualmente o regime do presentismo, em que as pessoas transitam entre a amnésia e a vontade de nada esquecer. A categoria de “regimes de historicidade” foi criada para compreender esse fenômeno. Seria, portanto, a forma “*como uma sociedade trata seu passado*”, em uma acepção restrita, e, em uma acepção ampla, designaria “*a modalidade de consciência de*

si de uma comunidade humana”.² Memória e o patrimônio são entendidas como indícios de relação com o tempo que testemunham as incertezas da ordem presente do tempo.

O patrimônio é uma maneira de viver as rupturas, de reconhecê-las e reduzi-las, referindo-se a elas, elegendo-as, produzindo semióforos. Inscrito na longa duração da história ocidental, a noção conheceu diversos estados, sempre correlatos com tempos fortes de questionamentos da ordem do tempo. O patrimônio é um recurso para o tempo de crise. Se há assim momentos do patrimônio, seria ilusório nos fixarmos sobre uma acepção única do termo.³

Intenta-se compreender como essas articulações de caráter político/jurídico refletem a relação dos intelectuais modernistas com o momento em que viviam. Para tanto, um dos caminhos a serem percorridos é a problematização da atuação de Mário de Andrade junto ao Estado na década de 1930 e a investigação dos antecedentes de seu anteprojeto que deu origem ao decreto-lei nº 25/37.

A busca da brasilidade pelos modernistas foi um movimento de ambição pessoal inserido em uma proposta coletiva, que se dissolveu nas relações de favor com a direita e na simpatia com a esquerda, restando por fim o reconhecimento intelectual. No caso de Mário de Andrade, a procura da ontologia do brasileiro trouxe em seu bojo a premissa de que a memória e a tradição são fundadores das manifestações artísticas nacionais.⁴

Em 1919, Mário de Andrade despertou para a valorização do patrimônio, ao partir em viagem para Minas Gerais em busca da tradição. Do itinerário dessa primeira viagem, sobressaiu o desejo de Mário de Andrade de observar a herança colonial barroca. Deslumbrado com a riqueza da arte colonial religiosa, o autor declarou que sua missão seria classificar o fóssil que havia encontrado. “*Para ele, a preservação desses monumentos significava a preservação não só de documentos que constituíssem a*

² HARTOG, François. Tempo e patrimônio. In: *Vária História*. Belo Horizonte, vol. 22, nº 36. Jul/Dez 2006. p. 263.

³ HARTOG, François. Tempo e patrimônio. In: *Vária História*. Belo Horizonte, vol. 22, nº 36. Jul/Dez 2006. p. 272.

⁴ NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. *Por um inventário dos sentidos*. Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário. São Paulo: Editora Hucitec – Fapesp, 2005.

história do país, mas a própria história materializada, a própria identidade da nação".⁵

No ano de 1924, Mário de Andrade participou da viagem composta pela *caravana paulista*⁶, que teve como objetivo o experimentalismo estético. O resultado foi a projeção de Minas Gerais na rota da modernidade e a valorização de Aleijadinho e Ataíde, que passaram a representar um foco de resgate obrigatório para a reconstrução da trajetória da arte e cultura nacionais. É da necessidade de uma revisão do acervo tradicional que se pode encontrar nos problemas modernistas a preocupação com o patrimônio cultural.

A tensão entre sensibilidade artística e a missão de formar uma cultura brasileira livre de regionalismos e de influências externas passa a ser identificada a partir deste momento. Segundo Mário, toda tentativa de modernização implicaria a *passadização* da coisa que se pretende modernizar. Como proposto por Hartog, "*nesta configuração, o patrimônio se encontra ligado ao território e à memória, que operam um e outro como vetores da identidade*".⁷

A década seguinte, 1930, é um marco da ação do Estado para as questões da cultura com a entrada dos modernistas nas repartições. A articulação com a classe política representou a possibilidade de colocar em prática a ideia de construção da identidade nacional agenciada pelo Estado. Deveriam participar do governo, para realizar suas propostas com o dinheiro público.

Na nova configuração, o patrimônio se encontra ligado ao território e à memória, que operam um e outro como vetores da identidade: a palavra chave dos anos 1980. Mas, trata-se menos de uma identidade evidente e segura dela mesma do que de uma identidade que se confessa inquieta, arriscando-se de se apagar ou já amplamente esquecida, obliterada, reprimida: de uma identidade em busca dela mesma, a exumar, a 'bricoler', e mesmo a inventar⁸

⁵ RAFFAINI, Patrícia Tavares. *Esculpindo a cultura na forma Brasil*. O Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938). São Paulo: FFLCH – USP, 1999. (Dissertação). p. 77.

⁶ Formada por Mário de Andrade, Tarsila do Amaral, Oswald de Andrade e seu filho, Olívia Guedes Penteado, Paulo Prado, René Thiollier, Godofredo da Silva Telles e Blaise Cendrars.

⁷ HARTOG, François. Tempo e patrimônio. In: *Vária História*. Belo Horizonte, vol. 22, nº 36. Jul/Dez 2006. p. 272.

⁸ HARTOG, François. Tempo e patrimônio. In: *Vária História*. Belo Horizonte, vol. 22, nº 36. Jul/Dez 2006. p. 266.

O convite de Gustavo Capanema para a elaboração do projeto que serviu de base para o decreto-lei que deu origem ao SPHAN possibilitou a Mário de Andrade incorporar a noção de patrimônio concebida como base da identidade nacional ao discurso estatal. Visto pelo viés do Estado, envolver os diferentes setores da opinião pública em sua lógica foi essencial para a construção de uma propaganda governamental sistemática. Para alargar as bases sociais do poder e restringir a área de tomada de decisão, o controle do meio social é uma aposta importante na intenção de obter consenso, ativo ou passivo.⁹

Pode-se perceber aí a inflexão da perspectiva modernista de experimentalismo estético para o caráter presentista, em que a identidade deixa de ser evidente e segura de si e passa a ser inquieta, sofrendo riscos de se apagar. Deixa de ser uma identidade que se define e passa a se exumar. Nesta acepção, “*o patrimônio define menos o que se possui, o que se tem e se circunscreve mais ao que somos, sem sabê-lo, ou mesmo sem ter podido saber*”.¹⁰

Os questionamentos colocados pelos agentes de seu papel como intelectuais, embora pontuais, são também indiciários de rupturas. Mário de Andrade apresentou considerações sistemáticas acerca do tema. Sobre sua participação no Departamento de Cultura de São Paulo, o autor demonstrou em seus escritos, dentre eles as cartas, descrença em relação a alguns dos antigos companheiros e angústia originada pela política autoritária do Estado Novo. Seu engajamento foi, portanto, marcado pela reação à ideia de que estaria colaborando com o poder vigente. Em carta a Henriqueta Lisboa, no ano de 1940, afirmou:

Estou sofrendo menos hoje, os jornais noticiaram a saída da cadeia de vários amigos meus e me sosseguei mais um bocado. Mas cresceu em mim um ódio medonho. A notícia foi fornecida pela própria polícia. Foram soltos porque se averiguou que não havia nada contra eles!!! Com o cinismo das ditaduras, dos totalismos, dos fachismos a polícia confessa isso! Desmantela-se uma família, se assombra de susto uma sociedade inteira, se martiriza centenas de mães, mulheres, filhos,

⁹ ROLLAND, Denis. O historiador, o Estado e a fábrica de intelectuais. In: ROLLAND, Denis; RIDENTI, Marcelo; BASTOS, Elide Rugai; (org.). *Intelectuais e Estado*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 99.

¹⁰ HARTOG, François. Tempo e patrimônio. In: *Vária História*. Belo Horizonte, vol. 22, nº 36. Jul/Dez 2006. p. 266.

manos, amigos na defesa de quê, meu Deus! De um regime? De uma safadez? De um homem? Sim, especial e principalmente de um homem; se avacalha, se acanaliza centenas de pessoas e de organismos familiares, só para prevenir a serventia hipotética de um homem que está no poder!!!¹¹

Porém, em sua maturidade, Mário passou a não se redimir de sua trajetória considerando-se um esteta voltado à pesquisa e ao experimento artístico. Em 1942, ao fazer um balanço sobre o movimento modernista, chegou a afirmar “*Não me vejo uma só vez pegar a máscara do tempo e esbofeteá-la como ela merece. Quando muito lhe fiz de longe umas caretas. Mas isto, a mim, não me satisfaz*”.¹²

A participação no aparelho de Estado deu-se pela perspectiva de sistematizar o credo modernista. Sua característica principal não seria a cooptação pelo Estado ou a noção de interesses, mas o investimento contínuo dos intelectuais em projetos pessoais ou projetos com os quais se identificavam.

O Estado, por sua vez, buscava elementos que legitimassem sua atuação e os encontrou em grande medida nas práticas modernistas com as quais compartilhava o caráter nacionalista. Essa junção proporcionou, na década de 1930, o crescimento das práticas literárias e artísticas com a transformação das manifestações dos grupos de vanguarda em padrão da época e a absorção das práticas iniciadas na década anterior. Não se ausentam dessa trajetória, porém, cisões e descontinuidades relativas à percepção temporal e à categoria de patrimônio.

6

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Mário. *Cartas de Mário de Andrade a Prudente de Moraes Neto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

_____. *Querida Henriqueta: cartas de Mário de Andrade a Henriqueta Lisboa*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1991.

¹¹ ANDRADE, Mário. *Querida Henriqueta: cartas de Mário de Andrade a Henriqueta Lisboa*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1991.

¹² ANDRADE, Mário. *Cartas de Mário de Andrade a Prudente de Moraes Neto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

VI Simpósio Nacional de História Cultural
Escritas da História: Ver - Sentir - Narrar
Universidade Federal do Piauí - UFPI
Teresina-PI
ISBN: 978-85-98711-10-2

BRASIL. Constituição (1934). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: 1934.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. In: *Vária História*. Belo Horizonte, vol. 22, nº 36. Jul/Dez 2006. p. 261-273.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. *Por um inventário dos sentidos*. Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário. São Paulo: Editora Hucitec – Fapesp, 2005.

RAFFAINI, Patrícia Tavares. *Esculpindo a cultura na forma Brasil*. O Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938). São Paulo: FFLCH – USP, 1999. (Dissertação)

ROLLAND, Denis. O historiador, o Estado e a fábrica de intelectuais. In: ROLLAND, Denis; RIDENTI, Marcelo; BASTOS, Elide Rugai; (org.). *Intelectuais e Estado*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.